

Riscos potenciais decorrentes do uso prolongado de medicamentos isentos de prescrição (MIPS) no alívio da dor: Uma análise detalhada por meio de revisão literária

Potential risks arising from prolonged use of over-the-counter medications (MIPS) for pain relief: A surprising analysis through literature review

Riesgos potenciales que surgen del uso prolongado de medicamentos de venta libre (MIPS) para aliviar el dolor: Un análisis sorprendente a través de una revisión de la literatura

Recebido: 19/10/2023 | Revisado: 31/10/2023 | Aceitado: 03/11/2023 | Publicado: 06/11/2023

Edivalcleide Ferreira de Souza Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0002-4718-4292>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: Cleydemodas@hotmail.com

Flávio Eduardo de Oliveira

ORCID: <https://orcid.org/0009-0000-3372-7642>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: Aux.flavio25@gmail.com

José Célio de Barros Souza Junior

ORCID: <https://orcid.org/0009-0007-7922-1509>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: j.c.junior_2012@hotmail.com

José Israel Guerra Junior

ORCID: <https://orcid.org/0000-0001-8656-1850>

Centro Universitário Maurício de Nassau, Brasil

E-mail: israel.guerra@ufpe.br

Resumo

O uso de medicamentos é um recurso amplamente empregado pela sociedade no enfrentamento de uma série de problemas de saúde, abrangendo desde problemas autolimitados até transtornos menores. Os transtornos menores são problemas autolimitados, que apresentam natureza aguda, baixa gravidade e tendência de se resolverem sem causar muitos danos ao paciente. O tratamento dos transtornos menores pode envolver medidas não farmacológicas e farmacológicas e, neste último caso, é comum que os pacientes recorram aos Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs). Este projeto tem como objetivo principal propor uma análise abrangente da literatura científica existente, visando identificar e consolidar dados que comprovem de maneira fundamentada os riscos significativos à saúde associados ao uso contínuo de MIPs direcionados ao tratamento da dor. Para tanto, realizamos uma extensa revisão da literatura nas bases de dados eletrônicas SciELO, LILACS e BVS, exploradas em busca de estudos que abordassem especificamente os riscos associados ao uso prolongado de MIPs para o tratamento da dor. Os principais fármacos usados são ácido acetilsalicílico, dipirona, ibuprofeno, naproxeno e paracetamol. Entre os riscos associados ao uso indevido desses medicamentos, estão atraso no diagnóstico de doenças graves, aumento do risco de dependência química e tolerância ao medicamento; intoxicações medicamentosas; e reações alérgicas, problemas como hemorragias, lesões hepáticas, aplasia medular e anemias hemolíticas. Assim sendo, o profissional farmacêutico emerge como uma figura central na mitigação dos problemas associados à automedicação com MIPs, de modo que sua atuação desempenha um papel vital na prevenção de complicações decorrentes do uso inadequado desses medicamentos.

Palavras-chave: Medicamento isento de prescrição; Automedicação; Prática farmacêutica baseada em evidência.

Abstract

The use of medication is a resource widely used by society to combat a series of health problems, ranging from self-limited problems to minor disorders. Minor disorders are self-limited problems, which are acute in nature, low in severity and tend to resolve themselves without causing much harm to the patient. The treatment of minor disorders may involve non-pharmacological and pharmacological measures and, in the latter case, it is common for patients to resort to Over-the-Counter Medications (MIPs). This project's main objective is to propose a comprehensive analysis of the existing scientific literature, aiming to identify and consolidate data that substantiate the significant health risks associated with the continuous use of MIP aimed at treating pain. To this end, we carried out an extensive literature review in the electronic databases SciELO, LILACS and BVS, explored in search of studies that specifically addressed

the risks associated with the prolonged use of MIPs for the treatment of pain. The main medications used are acetylsalicylic acid, dipyron, ibuprofen, naproxen and paracetamol. Among the risks associated with the misuse of these medications are delays in the diagnosis of serious illnesses, increased risk of chemical dependency and tolerance to the medication; drug poisoning; and allergic reactions, problems such as bleeding, liver damage, spinal cord aplasia and hemolytic anemia. Therefore, the pharmaceutical professional emerges as a central figure in mitigating the problems associated with self-medication with MIPs, so that their actions play a vital role in preventing complications arising from the inappropriate use of these medications.

Keywords: Nonprescription drugs; Self medication; Evidence-based pharmacy practice.

Resumen

El uso de medicamentos es un recurso muy utilizado por la sociedad para combatir una serie de problemas de salud, que van desde problemas autolimitados hasta trastornos menores. Los trastornos menores son problemas autolimitados, de naturaleza aguda, de baja gravedad y que tienden a resolverse por sí solos sin causar mucho daño al paciente. El tratamiento de trastornos menores puede implicar medidas no farmacológicas y farmacológicas y, en este último caso, es habitual que los pacientes recurran a medicamentos de venta libre (MIP). El principal objetivo de este proyecto es proponer un análisis integral de la literatura científica existente, con el objetivo de identificar y consolidar datos que fundamenten los importantes riesgos para la salud asociados con el uso continuo de MIP destinado al tratamiento del dolor. Para ello, realizamos una extensa revisión de la literatura en las bases de datos electrónicas SciELO, LILACS y BVS, explorada en busca de estudios que abordaran específicamente los riesgos asociados con el uso prolongado de MIP para el tratamiento del dolor. Los principales medicamentos utilizados son ácido acetilsalicílico, dipirona, ibuprofeno, naproxeno y paracetamol. Entre los riesgos asociados al mal uso de estos medicamentos se encuentran retrasos en el diagnóstico de enfermedades graves, mayor riesgo de dependencia química y tolerancia al medicamento; envenenamiento por drogas; y reacciones alérgicas, problemas como sangrado, daño hepático, aplasia de la médula espinal y anemia hemolítica. Por lo tanto, el profesional farmacéutico emerge como una figura central en la mitigación de los problemas asociados a la automedicación con MIP, por lo que su actuación juega un papel vital en la prevención de complicaciones derivadas del uso inadecuado de estos medicamentos.

Palabras clave: Medicamentos sin prescripción; Automedicación; Práctica farmacéutica basada en la evidencia.

1. Introdução

A utilização de medicamentos é um dos pilares terapêuticos fundamentais para enfrentar uma ampla gama de questões de saúde, abrangendo desde problemas autolimitados até transtornos menores. Transtornos menores, que também são conhecidos como problemas autolimitados, geralmente se caracterizam por sua natureza aguda, baixa gravidade e tendência a se resolverem sem causar danos significativos ao paciente. Exemplos comuns incluem tosse seca, resfriados, cólicas, dores de cabeça, flatulência, micoses, entre outros. O tratamento para esses transtornos menores pode adotar diversas abordagens, incluindo medidas não farmacológicas e farmacológicas. Neste último caso, frequentemente recorre-se ao uso de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs), de acordo com a classificação estabelecida (Filho, 2018).

De acordo com a definição da Agência Nacional de Vigilância Sanitária (Anvisa), os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) são fármacos que estão prontamente disponíveis para a dispensação direta à população em farmácias e drogarias, sem a necessidade de apresentação de uma prescrição médica. Esses medicamentos são indicados para tratar condições de saúde consideradas menores, devido à sua comprovada segurança e eficácia, e também estão em conformidade com os requisitos essenciais de qualidade estabelecidos pela legislação sanitária vigente (Brasil, 2020; Cardoso et al., 2022).

A Resolução-RDC nº 98/2016 estabelece diretrizes fundamentais para a regulamentação desses medicamentos de venda livre, que devem atender a critérios específicos. São indicados para o tratamento de doenças que, de modo geral, não são graves, com pouca ou nenhuma tendência à progressão, apresentando um baixo potencial de toxicidade e interações medicamentosas. Além disso, as reações adversas devem ser amplamente conhecidas, e o uso desses medicamentos não deve ser prolongado. Esses produtos farmacêuticos devem ser de fácil administração, não causar dependência química ou psicológica e representar um risco muito baixo para o paciente (Brasil, 2016).

A prática da automedicação é notavelmente comum, envolvendo o consumo de medicamentos por conta própria ou seguindo orientações de pessoas não qualificadas do ponto de vista clínico. Entre os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) mais amplamente utilizados pela população, destacam-se aqueles destinados ao alívio da dor, incluindo os Anti-Inflamatórios

Não Esteroides (AINEs), dipirona, paracetamol e relaxantes musculares. Contudo, essa prática de automedicação carrega consigo riscos consideráveis para a saúde (Costa et al., 2021; Brasil, 2022).

O uso inadequado e prolongado de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) para o alívio da dor está intrinsecamente ligado a uma série de riscos significativos. Estes incluem o surgimento de efeitos colaterais indesejados, o desenvolvimento de resistência farmacológica, a possibilidade de toxicidade, a falta de resposta terapêutica eficaz e, em alguns casos, a deterioração do estado de saúde do paciente (Filho et al., 2022). Essa preocupação se intensifica devido ao fato de que os efeitos adversos desses medicamentos, quando usados de forma contínua e inadequada, podem superar os benefícios que oferecem. Portanto, é de suma importância conscientizar a população sobre os riscos associados ao uso prolongado e imprudente desses fármacos (Costa et al., 2021; Brasil, 2022).

A dor é uma condição de saúde que exerce um impacto direto e significativo na qualidade de vida de um indivíduo. Ela é caracterizada como uma experiência sensitiva e emocional desagradável, podendo ou não estar relacionada a uma lesão tecidual real ou potencial. É fundamental destacar que, quando não devidamente tratada, a dor pode desencadear uma série de consequências adversas para a saúde, incluindo alterações no sistema imunológico e no estado emocional do paciente. Isso, por sua vez, pode aumentar o risco de desenvolvimento de doenças, depressão e até mesmo comportamentos suicidas (Filho, 2018; Santos, 2022).

Para o tratamento da dor, o Ministério da Saúde estabelece uma lista de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) por meio da Instrução Normativa nº 86, datada de 12 de março de 2021. Essa lista abrange uma ampla variedade de 257 medicamentos, englobando fármacos sintéticos, específicos, biológicos e fitoterápicos. Surpreendentemente, dentre esses, 16 são destinados ao tratamento da dor, podendo ser utilizados de forma isolada ou em associação, dependendo das necessidades do paciente (Santos, 2022). Esse cenário reforça a importância de compreender os riscos associados ao uso contínuo desses medicamentos para o alívio da dor, visto que muitas pessoas recorrem a eles de forma autônoma.

A opção pelo uso de medicamentos de venda livre como uma solução para o alívio da dor é uma escolha comum entre a maioria das pessoas. Dentre os medicamentos frequentemente escolhidos, incluem-se a dipirona, ibuprofeno, paracetamol, aceclofenaco, nimesulida, entre outros. Muitos indivíduos acreditam que esses medicamentos são seguros para o uso, mesmo quando utilizados por períodos prolongados. Entretanto, é importante destacar que, embora os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) não exijam receita médica, isso não implica que sejam completamente isentos de riscos para a saúde. Pelo contrário, quando utilizados de forma inadequada, podem acarretar sérios danos ao usuário (Costa, 2021; Brasil, 2023).

Nesse contexto, o Conselho Federal de Farmácia (CFF) desempenha um papel fundamental ao apontar que os farmacêuticos têm a competência para realizar a prescrição de medicamentos e outros produtos com finalidade terapêutica, desde que sua dispensação não exija uma prescrição médica. Além disso, esses profissionais desempenham um papel essencial na orientação dos pacientes quanto ao uso adequado dos medicamentos. Isso inclui fornecer informações sobre o medicamento, como dosagem, duração do tratamento, potenciais riscos e benefícios. Portanto, os farmacêuticos atuam como promotores do uso correto, racional e seguro dos medicamentos, desempenhando um papel crucial na saúde pública (CFF, 2013; Cardoso et al., 2022; Filho et al., 2022).

Dada a alta prevalência da automedicação com Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) no contexto do tratamento da dor e a crescente preocupação com os prejuízos potenciais que essa prática pode causar à saúde, torna-se imperativo aprofundar as investigações nesse campo. Assim, este projeto tem como objetivo principal propor uma análise abrangente da literatura científica existente, visando identificar e consolidar dados que comprovem de maneira fundamentada os riscos significativos à saúde associados ao uso contínuo de MIPs direcionados ao tratamento da dor. Esse estudo contribuirá para uma compreensão mais sólida e embasada sobre os impactos negativos que podem resultar da automedicação com esses fármacos.

2. Metodologia

2.1 Tipo de estudo

O presente estudo adota a abordagem de uma revisão narrativa de literatura, um formato científico abrangente que reúne uma variedade de informações de diferentes autores, proporcionando uma visão compreensiva e educativa sobre um determinado tema em um espaço de tempo relativamente curto. Essa abordagem é respaldada por Sampaio (2022), que a considera valiosa para a educação continuada e atualização em um campo específico do conhecimento.

2.2 Procedimentos e coleta dos dados

Para atender aos objetivos propostos, formulamos a seguinte pergunta norteadora: "Quais são os efeitos no organismo decorrentes do uso contínuo de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) destinados ao alívio da dor?"

Para conduzir esta pesquisa, realizamos uma extensa revisão da literatura nas seguintes bases de dados eletrônicas: Scientific Electronic Library Online (SciELO), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), PubMed e Biblioteca Virtual da Saúde (BVS). Essas bases foram exploradas em busca de estudos que abordassem especificamente os riscos associados ao uso prolongado de MIPs para o tratamento da dor. Utilizamos os descritores encontrados na plataforma Descritores em Ciências da Saúde (DeCS), que incluíam "Medicamento Isento de Prescrição", "Automedicação" e "Prática Farmacêutica Baseada em Evidência".

2.3 Critérios de inclusão e critérios de exclusão

Nossos critérios de inclusão abarcaram artigos científicos relacionados ao tema, com data de publicação entre os anos de 2018 a 2023, com exceção de legislações importantes na construção da pesquisa, nos idiomas português e/ou inglês, que estivessem disponíveis na íntegra para consulta. Foram excluídos desta análise outras revisões narrativas de literatura, resumos simples, monografias, teses e estudos que não consideravam os MIPs destinados ao tratamento da dor como uma variável relevante.

2.4 Análise de dados

Realizamos uma leitura exaustiva dos artigos científicos e dos dados coletados, com o objetivo de analisá-los criteriosamente e criticamente para, em seguida, construir esta revisão narrativa, sintetizando os principais achados.

3. Resultados e Discussão

3.1 Classificação e uso de MIPs para o alívio da dor

Os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) são fármacos que, como qualquer outro, possuem princípios ativos responsáveis por seu efeito terapêutico, e que também são capazes de gerar reações adversas, efeitos colaterais e intoxicações, caso sua utilização ocorra de forma incorreta ou excessiva. Destarte, em determinados pacientes, como bebês, crianças e idosos, esses medicamentos podem causar interferência nas funções fisiológicas através de sua farmacocinética e farmacodinâmica, elevando o risco de intoxicações e interações com outros medicamentos de uso contínuo (Costa et al., 2021).

Como o próprio nome sugere, os MIPs estão disponíveis para a população sem a necessidade de apresentação de prescrição ou receita médica, em função de sua segurança e eficácia, sendo aprovados pelas autoridades sanitárias com o intuito de tratar sinais e sintomas provocados por doenças, desde que sejam utilizados sob orientações constantes das bulas e do profissional farmacêutico. Devido à facilidade de acesso a esses fármacos, grande parte dos indivíduos realiza um "autodiagnóstico" de seus problemas e os utiliza, muitas vezes em doses maiores do que as recomendadas na bula do medicamento, aderindo a um fármaco incorreto ou contraindicado (Coutinho, 2022).

Conforme a Organização Mundial da Saúde (OMS), a automedicação envolve a escolha e utilização de medicamentos para tratar doenças e sintomas reconhecidos, sem consultar um médico, englobando o uso ou reutilização de medicamentos prescritos anteriormente, a aquisição direta dessas substâncias e a utilização irracional. No entanto, na maioria dos casos, a automedicação ocorre de maneira inadequada, resultando em riscos para a saúde do indivíduo, como a manifestação de diversos efeitos colaterais, interações com outros medicamentos ou até mesmo interações com alimentos (Costa et al., 2021).

O consumo de medicamentos por meio da automedicação é influenciado por uma série de fatores. Alguns desses fatores estão relacionados ao aumento da expectativa de vida, ao aumento da incidência e prevalência de doenças, à qualidade insatisfatória dos serviços de saúde, tanto públicos quanto privados, e à intensa publicidade na mídia. Além disso, contribuem para esse cenário a presença das chamadas "farmácias caseiras" e a crença de muitos indivíduos de que os medicamentos são a solução para todos os problemas de saúde (Filho, 2018; Andrade et al., 2020). No Brasil, os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) mais frequentemente utilizados são os analgésicos antipiréticos, relaxantes musculares e agentes anti-inflamatórios, incluindo a dipirona, cafeína-orfenadrina-dipirona e paracetamol. Essa prática de automedicação é motivada principalmente pelos sintomas dolorosos (Cardoso et al., 2022).

Os analgésicos desempenham um papel fundamental no tratamento da dor, sendo os principais medicamentos empregados com essa finalidade. Quando prescritos, profissionais de saúde avaliam minuciosamente o tipo e a duração da dor, ponderando os benefícios terapêuticos em relação aos possíveis riscos envolvidos. A maioria dos fármacos pertencentes a essa classe demonstra eficácia no alívio da dor nociceptiva, que é aquela causada por lesões, embora sua eficácia seja menor no caso de dores neuropáticas, que afetam os nervos, a medula espinhal ou o cérebro (Watson, 2022).

Atualmente, existe uma ampla variedade de analgésicos não opioides disponíveis no mercado, sendo eficazes no tratamento de dores leves, moderadas e, em alguns casos, até mesmo da dor intensa. Vale ressaltar que esses medicamentos são preferenciais no alívio de sintomas dolorosos, uma vez que não induzem à dependência nem à tolerância aos seus efeitos terapêuticos. Entre os exemplos de analgésicos de venda livre, destacam-se o paracetamol e a aspirina, bem como o ibuprofeno, naproxeno e cetoprofeno, embora a prescrição médica seja necessária para estes últimos dependendo da dose. Esses analgésicos são considerados seguros quando utilizados por curtos períodos de tempo. O problema surge quando os indivíduos incluem esses medicamentos na categoria de uso contínuo (Santos; Albuquerque; Guedes, 2022).

Além disso, alguns analgésicos não opioides também são classificados como anti-inflamatórios não esteroides (AINES) como, por exemplo, o ibuprofeno, naproxeno e a aspirina, porque se tratam de medicamentos que não apenas aliviam a dor, mas também reduzem a inflamação que na maioria das vezes acompanha a dor, podendo até piorá-la. Os AINES em sua grande maioria são administrados por via oral (Watson, 2022).

Esses medicamentos atuam de diferentes maneiras, seja reduzindo a sensação de dor muscular, seja reduzindo a inflamação que acompanha e também piora a dor. Isso ocorre porque os AINES são capazes de diminuir a produção de prostaglandinas, responsáveis pela inflamação e dor consequente, por meio da inibição das enzimas cicloxigenases (COX-1 e COX-2). A síntese de prostaglandinas ocorre em resposta a um trauma ocorrido, como queimaduras ou fraturas, ou mesmo pela entrada de algum microorganismo, que resulta em uma inflamação. A área afetada, é então coberta por um aporte maior de sangue, tendo a introdução de líquido e glóbulos brancos (defesa do organismo) como forma de proteção (Santos, 2022).

Os relaxantes musculares, por sua vez, são uma classe de medicamentos que podem ser utilizados quando o paciente apresenta algum tipo de tensão ou dor muscular, ou ainda, nos casos de contraturas musculares ou torcicolos, pois permitem a redução dos espasmos musculares que são ocasionados pelas dores agudas, consequentemente relaxando o músculo. O propósito dessa classe terapêutica é justamente de aliviar as dores que são fruto de alguma doença como, por exemplo, a fibromialgia. Eles tornam os músculos menos tensos e rígidos, o que acaba diminuindo as sensações de dor e desconforto (Costa *et al.*, 2021).

A Instrução Normativa – IN nº 120, de 09 de março de 2022 define diferentes fármacos isolados ou em associação para o tratamento da dor, conforme a Tabela 1.

Tabela 1 – Fármacos usados no tratamento da dor listados na Instrução Normativa nº 120 de 03/2022.

Fármaco	Grupo terapêutico	Indicação
Aceclofenaco	Anti-inflamatório antirreumático	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Ácido acetilsalicílico	Analgésico e antipirético	Febre e dores leves a moderadas
Ácido acetilsalicílico + cafeína	Analgésico e antipirético	Dores moderadas a fortes
Ácido acetilsalicílico + maleato de clorfeniramina + cafeína	Analgésico e antipirético	Sintomas da gripe e resfriado comuns (febre, dor, coriza e congestão nasal)
Ácido acetilsalicílico + maleato de dexclorfeniramina + cloridrato de fenilefrina + cafeína	Analgésico e antipirético	Sintomas da gripe e resfriado comuns (febre, dor, coriza e congestão nasal)
Ácido acetilsalicílico + paracetamol + cafeína	Analgésico e antipirético	Dores leves a moderadas
Diclofenaco dietilamônio	Antirreumático e analgésico	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Diclofenaco sódico	Anti-inflamatório	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Dipirona	Analgésico e antipirético	Dor e febre
Dipirona + cafeína	Analgésico e antipirético	Cefaleia e enxaqueca
Dipirona + citrato de orfenadrina + cafeína	Relaxante muscular de ação central	Dor associada a contraturas musculares, incluindo cefaleia tensional
Dipirona + cloridrato de isometepteno + cafeína	Analgésico e antipirético	Cefaleia, enxaqueca e cólicas abdominais
Dipirona + cloridrato de prometazina + cloridrato de adifenina	Analgésico e antipirético	Febre e dores leves a moderadas
Dipirona + maleato de clorfeniramina + cafeína	Analgésico e antipirético	Sintomas da gripe e resfriado comuns (febre, dor, coriza e congestão nasal)
Dipirona + mucato de isometepteno + cafeína	Analgésico e antipirético	Cefaleia, enxaqueca e cólicas abdominais
Essência de Serebintina + salicilato de metila + cânfora + mentol	Antirreumático e relaxante muscular local	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Ibuprofeno	Analgésico e antipirético	Febre e dores leves a moderadas
Ibuprofeno + paracetamol	Anti-inflamatório antirreumático não esteroide e	Febre e dores leves a moderadas, incluindo as associadas a gripes e resfriados comuns, musculares, cefaleia, enxaqueca e cólicas abdominais
Ibuprofeno arginina	Analgésico e antipirético	Febre e dores leves a moderadas, incluindo as associadas a gripes e resfriados comuns e traumatismos
Loxoprofeno sódico	Anti-inflamatório antirreumático não esteroide e	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Naproxeno	Anti-inflamatório antirreumático não esteroide e	Dores agudas causadas por inflamação; dor e febre; dores musculares e articulares; dor após traumas.
Naproxeno sódico	Anti-inflamatório antirreumático não esteroide e	Dores agudas causadas por inflamação; dor e febre; dores musculares e articulares; dor após traumas.
Nimesulida	Anti-inflamatório não esteroide	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético

Paracetamol	Analgésico e antipirético	Febre e dores leves a moderadas
Paracetamol + cafeína	Analgésico e antipirético	Febre e dores leves a moderadas
Paracetamol + carisoprodol + cafeína	Analgésico e antipirético	Dores musculares leves a moderadas
Paracetamol + citrato de orfenadrina + cafeína	Relaxante muscular de ação central	Dores leves a moderadas associadas a contraturas musculares, incluindo cefaleia tensional
Paracetamol + cloridrato de fenilefrina	Analgésico e antipirético	Sintomas da gripe e resfriado comuns, como febre, dor, coriza e congestão nasal
Paracetamol + cloridrato de fenilefrina + maleato de carbinoxamina	Analgésico e antipirético	Sintomas da gripe e resfriado comuns, como febre, dor, coriza e congestão nasal
Paracetamol + cloridrato de fenilefrina + maleato de carbinoxamina + citrato de pentoxiverina	Analgésico e antipirético	Sintomas da gripe e resfriado comuns, como febre, dor, coriza e congestão nasal
Paracetamol + cloridrato de fenilefrina + maleato de clorfeniramina	Analgésico e antipirético	Sintomas da gripe e resfriado comuns, como febre, dor, coriza e congestão nasal
Paracetamol + maleato de carbinoxamina	Analgésico e antipirético	Sintomas da gripe e resfriado comuns, como febre, dor, coriza e congestão nasal
Paracetamol + propifenazona + cafeína	Analgésico antipirético	Febre e dores leves a moderadas, incluindo as associadas com gripes e resfriados comuns
Salicilato de etilenoglicol + levomentol + acetato de racealfatocoferol + cânfora	Antirreumático muscular local e relaxante	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Salicilato de metila + cânfora + levomentol	Antirreumático muscular local e relaxante	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Salicilato de metila + cânfora + mentol	Antirreumático muscular local e relaxante	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Salicilato de metila + extrato fluido de Beladona + cânfora	Antirreumático muscular local e relaxante	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Salicilato de metila + iodo	Antirreumático muscular local e relaxante	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Salicilato de metila + levomentol	Antirreumático muscular local e relaxante	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Salicilato de metila + mentol	Antirreumático muscular local e relaxante	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Salicilato de metila + óxido de zinco + bálsamo do peru + extrato fluido de Beladona + cânfora	Antirreumático muscular local e relaxante	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Salicilato de metila + salicilato de etilenoglicol + levomentol + cânfora	Antirreumático muscular local e relaxante	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético
Salicilato de metila + salicilato de etilenoglicol + levomentol + cânfora + timol	Antirreumático muscular local e relaxante	Dor e inflamação do sistema musculoesquelético

Fonte: Elaborado pelos autores (2023).

Desta lista, conforme apontam diversos estudos brasileiros disponíveis na literatura, os principais fármacos usados são o ácido acetilsalicílico, dipirona, ibuprofeno, naproxeno e paracetamol (Brasil, 2022).

3.2 Riscos e efeitos colaterais associados ao uso contínuo de mips

O uso irresponsável de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) representa um fator crítico de risco para o surgimento de reações adversas e efeitos colaterais severos em pacientes, com implicações significativas em suas vidas e custos consideráveis para o sistema de saúde. Entre os riscos associados, destacam-se o atraso no diagnóstico de doenças graves, uma vez que os MIPs mascaram os sinais e sintomas de outros problemas de saúde subjacentes; o aumento do risco de dependência química e tolerância ao medicamento; intoxicações medicamentosas; e reações alérgicas. O uso inadequado desses medicamentos pode propiciar o surgimento de problemas como hemorragias, lesões hepáticas, aplasia medular e anemias hemolíticas (Oliveira, 2021; Junior & Abreu, 2021).

Além disso, é crucial considerar que, em casos de pacientes que possuem doenças crônicas, como hipertensão arterial e diabetes, o uso concomitante de MIPs com medicamentos de uso contínuo para o tratamento da doença pode aumentar as chances de hospitalizações, gerando despesas adicionais significativas para o tratamento de várias complicações. Esse cenário também está associado a um aumento na mortalidade cardiovascular e no risco de potenciais interações medicamentosas (Cardoso et al., 2022).

Tomemos como exemplo o ácido acetilsalicílico, um fármaco pertencente à classe dos anti-inflamatórios não esteroides (AINEs), que exibe propriedades analgésicas, antipiréticas e anti-inflamatórias. A dose oral recomendada varia de 300 a 1200 mg, visando o alívio da dor, da febre, dos sintomas de resfriado e das dores musculares e articulares. Seu mecanismo de ação envolve a inibição irreversível e não seletiva das enzimas ciclooxigenases 1 e 2, com a COX-2 desempenhando um papel na produção de prostaglandinas. No entanto, o aumento da dose desse medicamento está correlacionado a eventos adversos, como sonolência, náuseas e problemas gastrointestinais (Watson, 2022; Silva & Dias, 2022).

A dipirona, um fármaco da classe dos anti-inflamatórios não esteroides (AINEs), é autorizada em alguns países para o alívio imediato da dor, abrangendo desde cólicas até dores pós-operatórias e relacionadas ao câncer. No entanto, em nações como Japão e Estados Unidos, sua comercialização é proibida devido à sua associação com um efeito adverso severo conhecido como agranulocitose, que se caracteriza pela drástica redução de leucócitos específicos, como neutrófilos e basófilos, as principais células de defesa do organismo. Outros possíveis efeitos colaterais incluem vômitos, náuseas, dores abdominais, hipotensão abrupta, arritmias, tonturas e problemas renais (Santos, 2022).

O ibuprofeno e o naproxeno, ambos AINEs, exibem propriedades analgésicas, anti-inflamatórias e antipiréticas por meio da inibição reversível das enzimas ciclooxigenases, resultando em uma redução da produção de prostaglandinas originadas do ácido araquidônico. Isso leva à diminuição da ação dessas substâncias nos mediadores termorreguladores hipotalâmicos e, por conseguinte, nos nociceptores, aliviando a dor. As dosagens desses medicamentos variam, e a administração geralmente ocorre por via oral. À medida que a posologia se torna mais forte e o período de uso se prolonga, aumenta o risco de efeitos colaterais, como dores epigástricas, desconforto abdominal, constipação ou, em alguns casos, diarreia (Coutinho, 2022).

Por outro lado, o paracetamol é um analgésico que também atua inibindo a enzima ciclooxigenase, embora não possua efeito anti-inflamatório. Sua ação seletiva na COX-2 é expressa no sistema nervoso central, e seus metabólitos afetam os receptores vaniloides e agem como agonistas dos canabinoides, reforçando seu efeito analgésico. Entre os possíveis efeitos adversos estão vômitos, náuseas, constipação, coceira e reações alérgicas. Além disso, mesmo sendo um potente analgésico, o uso em excesso pode levar a intoxicação fatal e insuficiência hepática (Santos, 2022).

Vale destacar que os AINES, embora sejam muito importantes no tratamento de sintomas dolorosos, apresentam efeitos colaterais significativos como problemas no trato digestivo, o que envolve sintomas como azia, indigestão, dor de estômago, náusea e em casos mais graves, úlceras pépticas e hemorragia gastrointestinal; problemas de sangramento, pois os AINES tendem a interferir na coagulação sanguínea, sobretudo no trato digestivo; retenção de líquidos e problemas renais; e, aumentam o risco

de problemas cardíacos e nos vasos sanguíneos, com exceção da aspirina. O risco é aumentado em pacientes idosos, com histórico de insuficiência cardíaca, hipertensão arterial ou com algum tipo de problema renal (Watson, 2022).

3.3 Estratégias de gerenciamento e prevenção de riscos no uso de MIPs

Consoante à Resolução nº 585/2013, que estabelece as diretrizes para as atribuições clínicas dos farmacêuticos no Brasil, destaca-se a importância do acompanhamento farmacoterapêutico, da conciliação terapêutica e da revisão da farmacoterapia do paciente, sempre que necessário. No âmbito do exercício profissional, a ampliação das atividades clínicas do farmacêutico demanda um cuidado mais direto com o paciente, enfatizando a promoção do uso racional de medicamentos, de acordo com as necessidades e particularidades de cada indivíduo (CFF, 2013).

Oliveira (2021) complementa a regulamentação ao ressaltar que, embasada na mencionada Resolução, é incumbência do farmacêutico promover, proteger e restaurar a saúde dos pacientes, prevenindo doenças e outros problemas. Nesse contexto, a atenção centrada no paciente, na família e na comunidade desempenha um papel crucial, otimizando os tratamentos farmacoterapêuticos para aprimorar a qualidade de vida das pessoas.

Além dessas regulamentações, a Lei nº 13.021/2014 estabelece as farmácias como estabelecimentos voltados para a prestação de assistência farmacêutica, serviços de saúde e orientação sanitária, tornando obrigatória a presença do farmacêutico durante todo o horário de funcionamento. Essa iniciativa visa aumentar a visibilidade dos serviços farmacêuticos e conscientizar a população sobre a relevância da atuação desse profissional, que contribui significativamente para a redução da prática da automedicação (Brasil, 2014; Coutinho, 2022).

Dentro desse contexto, o papel do farmacêutico abrange a prática da Atenção Farmacêutica, na qual, por meio de um contato direto com o paciente, ele busca aprimorar a qualidade de vida do indivíduo, com especial ênfase nos cuidados relacionados ao uso adequado dos medicamentos. Quando conduzida de forma eficaz, a Atenção Farmacêutica pode otimizar o tratamento, aumentando a probabilidade de resultados positivos e reduzindo consideravelmente a incidência de efeitos indesejáveis. Isso envolve desde a seleção do medicamento até orientações detalhadas, abrangendo a dosagem apropriada, a via de administração, as precauções de armazenamento e o acompanhamento farmacoterapêutico (Paz; Ralph, 2020; Costa; Oliveira, 2022).

Dado que os Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) são de fácil acesso, o farmacêutico desempenha um papel fundamental ao orientar os pacientes e fornecer serviços para o gerenciamento de problemas de saúde autolimitados. Além disso, eles acolhem os pacientes, oferecem diretrizes sobre o uso adequado dos MIPs e esclarecem sobre outras abordagens não farmacológicas que podem ser adotadas pelos indivíduos para melhorar sua saúde (Alcantara & Andrade, 2022; Pereira et al., 2023).

Conforme Watson (2022), o alívio da dor não se limita apenas ao uso de medicamentos, mas engloba também medidas não farmacológicas. Estas incluem a aplicação de compressas frias ou quentes nas áreas afetadas, técnicas de neuromodulação, que envolvem estimulação elétrica para modificar a forma como os nervos processam a dor, como a estimulação elétrica e transcutânea dos nervos (TENS), a estimulação da medula espinhal e a estimulação dos nervos periféricos. Além disso, a fisioterapia e terapia ocupacional desempenham um papel crucial no alívio de dores crônicas, juntamente com a medicina complementar integrativa, que engloba a acupuntura e as técnicas de interação mente-corpo.

4. Conclusão

O presente estudo proporcionou uma valiosa visão sobre a utilização comum de Medicamentos Isentos de Prescrição (MIPs) no tratamento de condições de saúde autolimitadas, que abrangem uma variedade de sintomas de dor, incluindo cefaleias, cólicas, dores relacionadas a resfriados e desconfortos musculares, entre outros. Mesmo sendo facilmente adquiridos sem

prescrição médica, esses medicamentos não estão isentos de potenciais riscos, que englobam efeitos colaterais, interações medicamentosas, reações adversas, alergias e outros desafios.

Nesse contexto, o profissional farmacêutico emerge como uma figura central na mitigação dos problemas associados à automedicação com MIPs. Sua atuação desempenha um papel vital na prevenção de complicações decorrentes do uso inadequado desses medicamentos, uma vez que ele desempenha um papel duplo: orientando os pacientes e sugerindo alternativas de tratamento igualmente eficazes. Uma dessas alternativas, notavelmente, são as práticas integrativas e complementares, com destaque para a acupuntura.

O farmacêutico não só está na vanguarda da prevenção de questões relacionadas a medicamentos, mas também serve como um componente crucial para garantir o uso seguro desses fármacos. Seu envolvimento ativo na educação e orientação dos pacientes, bem como na promoção de tratamentos alternativos, contribui de forma substancial para melhorar a qualidade de vida dos indivíduos. Dessa forma, sua presença não deve ser subestimada, uma vez que desempenha um papel-chave no cuidado e bem-estar dos pacientes, resultando em uma abordagem mais holística e segura ao tratamento de condições autolimitadas e sintomas de dor, como parte integrante da equipe de saúde.

Sugere-se que novos estudos sejam realizados, a fim de melhor elucidar os riscos potenciais associados ao uso contínuo de medicamentos isentos de prescrição, bem como posologia, vias de administração e tempo de tratamento adequado, para com isso, ampliar o arsenal de informação de profissionais da saúde, bem como da sociedade, para utilização segura desses fármacos.

Referências

- Alcantara, C. G. S., & Andrade, L. G. (2022). Atenção farmacêutica na automedicação de MIPs. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 8(3), 638-645.
- Andrade, S. M., Cunha, M. A., Holanda, E. C., Coutinho, G. S. L., & Oliveira, E. H. (2020). Caracterização do perfil das intoxicações medicamentosas por automedicação no Brasil, durante o período de 2010 a 2017. *Research, Society and Development*, 9(7), e236973952
- Brasil. (2016). Resolução da Diretoria Colegiada – RDC nº 98, de 1º de agosto de 2016. http://antigo.anvisa.gov.br/documents/10181/2921766/RDC_98_2016_COMP.pdf/dcb09ea1-e222-4192-98c5-54a13426dc4a
- Brasil. (2020). Medicamentos isentos de prescrição. <https://www.gov.br/anvisa/ptbr/acessoainformacao/perguntasfrequentes/medicamentos/medicamentos-isentos-deprescricao#:~:text=1.,m%C3%A9dica%20para%20que%20sejam%20vendidos>
- Brasil. (2022). Instrução normativa – IN nº 120, de 9 de março de 2022. Recuperado de <https://www.in.gov.br/web/dou/-/instrucao-normativa-in-n-120-de-9de-marco-de-2022-386103774>
- Conselho Federal de Farmácia (CFF). (2013). Resolução nº 585 de 29 de agosto de 2013. Ementa: regulamenta as atribuições clínicas do farmacêutico e dá outras providências. Recuperado de <https://www.cff.org.br/userfiles/file/resolucoes/585.pdf>
- Cardoso, D. S., Magalhães, E. Q., Barros, R. C., Silva, A. T., & Junior, O. M. R. (2022). *Research, Society and Development*, 11(9), e26811931503e26811931503, 2022
- Costa, I. N. G., Silva, W. Í., Lugtenburg, C. A. B., Barros, R. R., & Barros, N. B. (2021). Revisão sistemática sobre os riscos da utilização de fármacos de livre acesso (mips) para o alívio imediato da dor Systematic review on the risks of using free access drugs (mips) for immediate pain relief
- Costa, M. E. A., Oliveira, J. C. P. (2022). A importância da atenção farmacêutica no uso racional de medicamentos. *SAÚDE & CIÊNCIA EM AÇÃO*, 8(1), 109-129.
- Coutinho, D. P. (2022). Avaliação do conhecimento e uso racional de medicamentos isentos de prescrição (MIPs) pela população. (*Trabalho de Conclusão de Curso de Farmácia*), Universidade de Uberaba
- Filho, H. D. O. L., Cavalcanti, J. T. F., da Silva, T. F. M. G., de Santana, G. M. F., de Lima, J. R., da Silva Candido, T. R., & da Silva, C. T. (2022). As atribuições clínicas do farmacêutico na diminuição dos problemas relacionados aos medicamentos frente a automedicação por medicamentos isentos de prescrição comercializados em drogarias. *Brazilian Journal of Science*, 1(8), 24-32
- Filho, J. P. M. (2018). Cuidados farmacêuticos e os medicamentos isentos de prescrição: uma revisão integrativa da literatura. (*Trabalho de Conclusão de Curso de Farmácia*), Universidade Federal de Campina Grande.
- Junior, E. M. C., & Abreu, T. (2021). Atuação do profissional farmacêutico na automedicação. *Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação*, 7(9), 216-229.
- Paz, A. S., & Ralph, A. C. L. (2020). O papel da atenção farmacêutica no uso indiscriminado de anti-inflamatórios não esteroides (AINES). *Revista Expressão Da Estácio*, 3(1), 85-92

Pereira, I., Pereira, M., &Cardozo, A. (2023). A importância da assistência farmacêutica na prevenção de automedicação de mips (farmácia). *Repositório Institucional*, 1(1).

Sampaio, T. B. (2022). Metodologia da pesquisa. UFSM

Santos, G. D. (2022). Indicação farmacêutica de medicamentos isentos de prescrição para dor aguda: algumas evidências. (*Trabalho de Conclusão de Curso de Farmácia*), Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Santos, S. T. S., Albuquerque, N. L., & Guedes, J. P. (2022) Os riscos da automedicação com medicamentos isentos de prescrição (MIPs) no Brasil. *Research, Society and Development*, 11(7), e42211730493-e42211730493.

Silva, C. A. F., & Dias, J. J. (2022). A importância do profissional farmacêutico no uso racional de medicamentos. (*Trabalho de Conclusão de Curso de Farmácia*), Faculdade UNA Itabira.

Watson, J. C. (2022). Tratamento da dor. *Manual MSD versão saúde para família* Recuperado de: <https://www.msmanuals.com/pt-br/casa/dist%C3%BArbios-cerebrais,-da-medula-espinal-e-dos-nervos/dor/tratamento-da-dor#:~:text=Ibuprofeno%2C%20cetoprofeno%20e%20naproxeno,AINEs%20como%20ibuprofeno>